



## Revista de Ciências Contábeis | RCiC-UFMT |

homepage do periódico: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rcic>



### Mudanças no regime de trabalho dos docentes das IES brasileiras: uma análise através de escalonamento multidimensional<sup>1</sup>

Modifications in the work regime of Brazilian teacher's university: an analysis through multidimensional scheduling

Mudanzas en el régimen de trabajo de los docentes de las IES brasileñas: un análisis a través del escalonamiento multidimensional

*Andréia Carpes Dani*

*Universidade Regional de Blumenau, Brasil*

[andreidacarpesdani@gmail.com](mailto:andreidacarpesdani@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9337-8608>

*Nayane Thais Krespi*

*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

[nayanethais@hotmail.com](mailto:nayanethais@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9653-1417>

*Jorge Ribeiro de Toledo Filho*

*Universidade Regional de Blumenau, Brasil*

[jtoledo@usp.br](mailto:jtoledo@usp.br)

Histórico do artigo:  
Recepção: 18 Fevereiro 2014  
Aprovação: 15 Março 2014  
Publicado: 15 Dezembro 2014

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as mudanças do regime de trabalho e da titulação dos docentes das IES brasileiras, a partir dos dados divulgados pelo INEP/MEC no período de 2004 a 2009. Os dados utilizados foram retirados dos resultados do Censo da Educação Superior realizado no ano de 2009 pelo INEP em parceria com o MEC. Para analisar os resultados foram apresentadas as frequências absolutas e relativas referentes ao regime de trabalho e a titulação dos docentes. Foram ainda utilizadas as variações referentes a essas mesmas variáveis. Por fim, buscou-se comprovar os resultados referentes à variável titulação com a aplicação o escalonamento multidimensional. Quanto ao regime de trabalho verificou-se que a quantidade de docentes horistas diminuiu no decorrer dos anos verificados, enquanto que o número de docentes contratados em tempo parcial e integral manteve-se o mesmo nesse mesmo período. No que tange a titulação dos docentes observou-se que a maioria deles possuem especialização e mestrado. Cabe ressaltar ainda que o número de doutores tem crescido com o passar do tempo. É mister destacar que o número de docentes contratados sem graduação aumentou no ano de 2009, fato que pode comprometer a qualidade do ensino superior das IES brasileiras. Logo,

<sup>1</sup> Artigo de investigação científica.

de forma geral, verificou-se que a maioria das mudanças encontradas tendem a ser positivas e evidenciam grandes possibilidades de melhorias na qualidade do ensino superior brasileiro. Sabe-se que esse processo de mudança pode ser demorado, entretanto é perceptível que os primeiros passos estão sendo dados. Sugere-se que, para trabalhos futuros, utilizem-se outras variáveis além do regime de trabalho e da titulação dos docentes. É possível ainda segregar os dados por região, para analisar se existe diferença ou evolução nos dados. Por fim, existe a possibilidade de aumentar o período de análise para melhorar o rol dos dados e traçar uma evolução mais completa.

**Palavras-chave:** Docentes. IES Brasileiras. Regime de Trabalho. Titulação.

## ABSTRACT

The present study aimed to analyze the changes of the working and titration of teachers of Brazilian universities, based on data released by INEP / MEC from 2004 to 2009. The data used were taken from the results of the Higher Education Census conducted in 2009 by INEP in partnership with MEC. To analyze the results absolutes and relative frequencies referring to the system of work and qualifications of the teachers were presented. Was also used variations related to these same variables. Finally, we sought to confirm the results of the titration variable by applying multidimensional scaling. The system of work it was found that the amount of hourly teachers decreased over the observed years, while the number of teachers employed on a full and part time remained the same during this period. Regarding the titration of teachers revealed that most of them have specialization and master. It is worth noting that the number of doctors has grown over time. It is necessary to emphasize that the number of teachers employed without increased graduation in 2009, which may compromise the quality of higher education in Brazilian universities. Therefore, in general, it was found that most of the changes found tend to be positive and show great potential for improvements in the quality of Australian higher education. It is known that this process of change can be time consuming, however it is noticeable that the first steps are being taken. It is suggested that for future work, using up other variables besides the system of work and the qualifications of the teachers. It is still possible to segregate the data by region, to analyze whether there are differences or trends in the data. Finally, there is the possibility of increasing the period of analysis to improve the list of data and draw a more complete development.

**Keywords:** Teachers. Brazilian Universities. Working rules. Academic degree.

## RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo analizar los cambios del régimen de trabajo y de la titulación de los docentes de las universidades brasileñas, a partir de los datos divulgados por el INEP / MEC en el período de 2004 a 2009. Los datos utilizados fueron retirados de los resultados del Censo de la Educación Superior realizado en el año 2009 por el INEP en asociación con el MEC. Para analizar los resultados se presentaron las frecuencias absolutas y relativos referentes al régimen de trabajo y la titulación de los docentes. Se utilizaron las variaciones referentes a esas mismas variables. Por último, se buscó comprobar los resultados referentes a la variable titulación con la aplicación el escalonamiento multidimensional. En cuanto al régimen de trabajo se verificó que la cantidad de docentes horarios disminuyó a lo largo de los años comprobados, mientras que el número de docentes contratados a tiempo parcial e integral se mantuvo igual en ese mismo período. En lo que se refiere a la titulación de los docentes se observó que la mayoría de ellos poseen especialización y maestría. Es importante resaltar que el número de doctores ha crecido con el paso del tiempo. Es menester destacar que el número de docentes contratados sin graduación aumentó en el año 2009, hecho que puede comprometer la calidad de la enseñanza superior de las universidades brasileñas. Luego, de forma general, se verificó que la mayoría de los cambios encontrados tienden a ser positivos y evidencian grandes posibilidades de mejoras en la calidad de la enseñanza superior brasileña. Se sabe que este proceso de cambio puede ser largo, sin embargo, es perceptible que los primeros pasos están siendo dados. Se sugiere que, para trabajos futuros, se utilicen otras variables además del régimen de trabajo y de la titulación de los docentes. Es posible aún segregar los datos por región, para analizar si existe diferencia o evolución en los datos. Por último, existe la posibilidad de aumentar el período de análisis para mejorar el rol de los datos y trazar una evolución más completa.

**Palavras-chave:** Palabras clave: Docentes. IES Brasileñas. Régimen de Trabajo. La titulación.

## 1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre as recentes mudanças no mundo do trabalho (reestruturação produtiva, flexibilização da legislação trabalhista, etc.) constituíram um campo temático multidisciplinar bastante rico, que tem sido pesquisado em diversas áreas do conhecimento (BOSI, 2007).

A respeito disso Mancebo (2010) pondera que houve aumento de trabalhos abordando a problemática da educação superior no Brasil, devido ao aumento de trabalho e desvalorização da profissão. A autora ressalta que essas pesquisas se referem a “dimensão da flexibilização das relações contratuais de trabalho; às transformações ocorridas na produção docente (ensino, pesquisa e extensão) e/ou às transformações experimentadas na cultura das instituições de educação superior e do trabalho docente” (MANCEBO, 2010, p. 73).

Atrelando-se essas mudanças nas relações de trabalho dos docentes a fatores externos, Lima (2011) destaca que deve-se considerar alguns fatores que contribuem para essas mudanças, no sentido de relacionar a ampliação da subordinação do trabalho intelectual docente à lógica do capital, como um fator influenciador.

Nesse sentido Rogotto e Souza (2005) afirmam que a educação pode ser considerada decisiva para o uso correto de novas tecnologias e para o aumento da produtividade.

Para GOODSON (1999, p. 113, apud SABIA, 2000) “a medida que o trabalho da educação é reposicionado dentro da nova ordem global, o papel dos agentes de mudanças também é reposicionado”

Diante das mudanças ocorridas na obtenção da informação, surgiu a necessidade da adoção de um caráter flexível em relação à produção, comercialização e oferta no mercado de trabalho. Nestas condições infere-se que no Brasil, as instituições de ensino precisam atender a sua necessidade de formação sintonizada com a nova configuração do mercado de trabalho (COLOSSI, CONSENTINO, QUEIROZ, 2001, 51).

A respeito disso, Porto e Régnier (2003) comentam que devido às mudanças ocorridas na sociedade, as instituições de ensino superior enfrentam um duplo desafio, sendo: por um lado atualizar-se e inserir-se nesta nova realidade, [...] dando um novo sentido ao seu papel social, e de outro lado entender, interpretar e apontar soluções para os problemas que tais transformações colocam aos indivíduos, grupos sociais, sistemas produtivos e governos [...] (PORTO; RÉGNIER, 2003, p. 13).

Diante das considerações acima delineadas definiu-se a seguinte questão de pesquisa para este estudo, a saber: *Quais as mudanças do regime de trabalho e da titulação dos docentes das IES brasileiras: uma análise a partir dos dados divulgados pelo INEP/MEC no período de 2004 a 2009?*

Tendo como objetivo geral análise das mudanças do regime de trabalho e da titulação dos docentes das IES brasileiras: uma análise a partir dos dados divulgados pelo INEP/MEC no período de 2004 a 2009.

Esta pesquisa se justifica tendo em vista as seguintes considerações apresentadas:

Segundo Boti (2007) o crescimento da força de trabalho sofre influência da flexibilização dos contratos de trabalho, devido a formas de contratação precárias, além de vínculos informais de trabalho, no qual não há um acompanhamento da legislação trabalhista.

Dentro desse contexto Silva Junior e Sguissard (2005, p. 12) comentam que as relações entre capital e trabalho moldam um campo novo na esfera trabalho/educação e expansão e diversificação em todos os seus níveis e modalidade em relação a competência dos docentes,

pois a educação assume a centralidade nos discursos de gestores políticos e empresariais e de educadores.

Atrelado a essa ideia, Porto e Régnier (2003, p. 67) comentam que o perfil do ensino superior brasileiro sofre influência de alguns fatores que estão em constante mudança, como: a natureza das forças externas de transformação que incidem sobre seu campo de atuação, as mudanças internas no campo; e os resultados que estas transformações produzem como externalidades.

Em função das considerações expostas entende-se que a existência de alguns fatores que estão relacionados a mudanças no ensino superior no Brasil deve ser considerada como condicionantes a uma melhora na qualidade dos serviços e no ambiente de aprendizagem em sala de aula, como forma de auxiliar a um melhor funcionamento e regulação do setor, bem como dos docentes.

## **2 ENSINO SUPERIOR NAS IES DO BRASIL**

Inicialmente Vasconcelos (2010, p.400) pondera que “o surgimento da Educação Superior no Brasil deu-se de forma tardia, em relação ao restante dos outros países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial”. Sob esse aspecto Onusic (2009) comenta que o ensino superior no Brasil surgiu sob a forma de faculdades isoladas, ainda no período colonial.

Nesse sentido Franco (2008) comenta que o ensino superior no Brasil teve seu marco a partir de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo. Complementarmente Vasconcelos (2010) retoma que a explosão do ensino superior ocorreu nos anos 1970, no qual fatores como a concentração urbana e a exigência de melhor formação para atendimento das demandas a mão-de-obra industrial e de serviços.

Diante da evolução do ensino superior brasileiro, percebe-se que houve uma grande evolução no que diz respeito a oferta de vagas, em principal no setor privado.

Destaca-se ainda que essa expansão teve influência com a criação da Lei de Diretrizes e Bases na década de 1980, no qual passou-se a exigir mais qualidade do ensino superior, no qual o MEC (Ministério da Educação e Cultura) passa a realizar o acompanhamento dos cursos superiores (ONUSIC, 2009).

A respeito disso, Soares (2002, p. 40) destaca que “o sistema educativo brasileiro foi redefinido pela nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, na qual ficaram estabelecidos os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades”.

Nesse sentido Catani (2003) destaca que segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Superior (Lei 9.394/96), as políticas de diferenciação da educação superior trouxeram mudanças nos seguintes aspectos:

- a) buscaram favorecer a concorrência e o atendimento às diferentes demandas e clientelas, mediante oferta que promoveu a dissociação entre o ensino e pesquisa; b) procuraram naturalizar, ainda mais, as diferenças individuais, instituindo um sistema que completasse essas diferenças em termos de capital econômico, cultural e social; c) ampliaram a subordinação do ensino superior ao mercado, em relação a formação profissional de bens e serviços acadêmicos.

Moisés Filho (2006) apresenta quatro marcos evolutivos principais para o ensino superior brasileiro, até 1996, incluindo a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, sendo:

Inicialmente considera-se o período anterior a 1930, que existia o predomínio das instituições públicas: no qual o ensino superior no Brasil teve início no século XVI, com a introdução dos cursos de filosofia e teologia. A partir de 1808, surge uma nova etapa do ensino superior no Brasil, com o objetivo de formar profissionais para atuar no setor público, e profissionais liberais. Em 1891 houve a descentralização do ensino superior, delegando-o para os governos estaduais e com a criação de instituições privadas. Até 1900 existiam apenas 24 escolas de ensino superior no país, sendo que após essa data as instituições particulares a se consolidar;

Num segundo momento, de 1930 a 1964, após a proclamação da república iniciou-se o processo de expansão do ensino superior. Também surgiram em 1951 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Nos anos 60, o aumento da oferta de vagas do sistema não conseguiu acompanhar o crescimento da demanda. Já em 1961 houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Num terceiro momento, no período de 1964 a 1980, o número de matrículas no ensino superior cresceu de forma acelerada, sendo que o setor privado detinha a maior parte dessas matrículas. Ocorreu a extensão do setor privado nas décadas de 1960 e 1970 por meio da multiplicação de instituições de pequeno porte, com a proliferação dos cursos nas áreas de sociais e humanas.

Num quarto momento, entre 1980 e 1996, foi marcado pela instabilidade da economia e política do país, que afetou o sistema educacional, em torno de questões como o aumento das mensalidades pelas instituições de ensino, bem como reajustes dos salários dos professores. Diante disso o governo federal passou a atuar na adequação das políticas educacionais em geral, bem como no ensino superior. Infere-se ainda que o ensino superior, nessa fase, teve crescimento devido a criação de novas IES e surgimento de novos cursos.

A partir do exposto Porto e Régner (2003, p. 68) consideram que algumas tendências além da expansão acelerada da graduação que se concretizam na transformação do setor do ensino superior brasileiro, de acordo com dados apresentados pelo INEP/MEC a partir dos censos do ensino superior, sendo: “Interiorização do ensino; Consolidação da pós-graduação; Melhoria na qualificação do corpo docente; Aumento da produtividade do sistema”.

Adicionalmente os autores destacam outras características que emergem desse quadro e que estão contribuindo para a mudança do contexto do ensino superior no Brasil, que podem ser descritas como:

Diversificação ampla dos tipos e modalidades de cursos oferecidos - nos cursos tradicionais de graduação, a eliminação da rigidez dos currículos mínimos, a implantação de novas diretrizes curriculares e a redução do tempo mínimo de integralização para três anos respondem pela diversificação.

Profissionalização da gestão das instituições de ensino superior - as instituições de ensino brasileiras, premidas pela abertura de novas janelas de oportunidade de um lado e pelo aumento da concorrência de outro, estão começando a adotar modelos de gestão que focalizam controle de custos, diferenciação e a atuação profissional.

Difusão da cultura da avaliação - antes restritos à pós-graduação, os processos avaliativos regulados ou a cargo do governo federal se ampliaram, com a implantação de modelos como o Exame Nacional de Cursos (o Provão), Exame das Condições de Oferta e pelos procedimentos para o reconhecimento de cursos de graduação já autorizados. Mas além destes, a prática da avaliação pode ser também percebida pelo desenvolvimento de novos instrumentos e procedimentos que operam em paralelo, contemplando critérios e fórmulas de cálculo distintos dos utilizados pelo MEC, mas que servem de referência para as instituições.

Atração de novos investimentos para a educação superior – frente às estimativas de expansão do sistema – tanto nas atividades finalísticas como nas atividades meio, o

setor vem atraindo investimentos de capital oriundos de outras frentes que não do campo educacional trazendo uma ampliação de atuação e sua expectativa de crescimento continuado. (PORTO E RÉGNIER, 2003, p. 67:68)

Trazendo o ensino superior para um contexto atual, Soares (2002, p.42) comenta que “a educação superior no Brasil abarca, hoje, um sistema complexo e diversificado de instituições públicas, e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, desde a graduação até a pós-graduação *lato e stricto sensu*”.

Nesse sentido considera-se como uma característica do ensino superior no Brasil a sua heterogeneidade que está em constante aperfeiçoamento. Não obstante, Fitzsimmons e Fitzsimmons (2005) citado por Onusic (2009, p. 7) comentam que “o setor de educação pode ser considerado um serviço de aperfeiçoamento. Assim, uma instituição de Ensino Superior, seja ela pública ou privada, constitui uma organização que presta serviços a seus clientes”.

### **3 ESTRUTURA DE MERCADO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

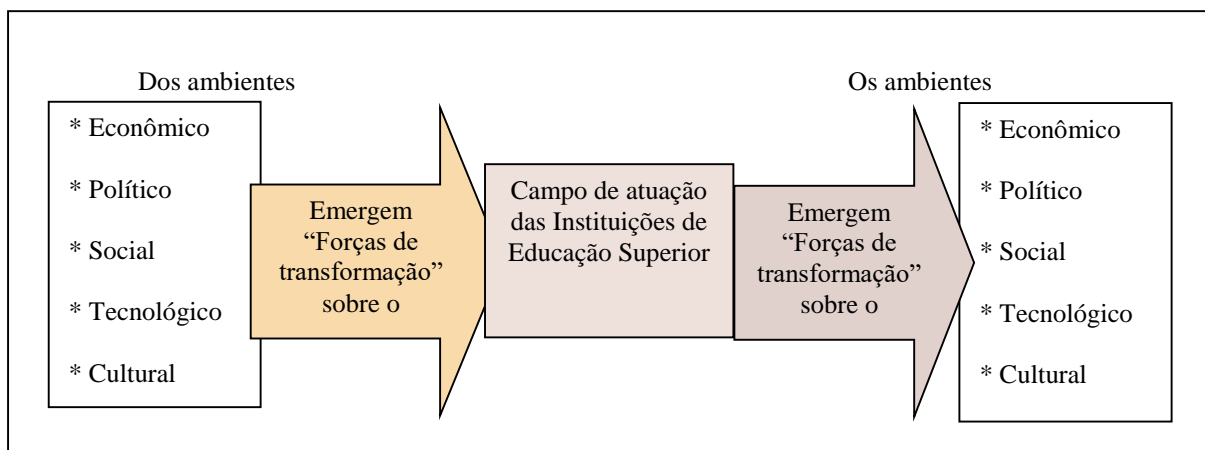
Diante das mudanças ocorridas na obtenção da informação, surgiu a necessidade da adoção de um caráter flexível em relação a produção, comercialização e oferta no mercado de trabalho. Isso se comprova quando mencionamos as questões relativas às instituições de ensino, na qual o Brasil enfrenta dificuldades devido a sua estrutura. Nesse sentido ressalta-se que no Brasil, as instituições de ensino necessitam atender a sua necessidade de formação sintonizada com a nova configuração do mercado de trabalho (COLOSSI, CONSENTINO, QUEIROZ, 2001).

O “ensino superior apresenta uma particularidade importante: uma parcela grande da oferta de ensino é fornecida pelo setor público, sobre o qual não cabe uma análise microeconômica específica, haja vista que acontece de forma exógena ao mercado”. (SENHORAS, TAKEUCHI E TAKEUCHI, 2006, p. 3).

A respeito disso Franco (2008, p. 54) ressalta que dados recentes sobre a educação superior no Brasil indicam que existe uma dualidade nesta etapa educacional, sendo que: “de um lado o grande investimento financeiro nesta fase da educação, fato que não pode ser considerado um problema e de outro, a expansão ainda que pouco expressiva e democratizada do ensino superior”.

A flexibilidade e a diversidade da oferta dos serviços de educação superior são uma tendência apontada e que avança e se consolida (PORTO E RÉGNIER, 2003, p. 67).

Diante disso, Porto e Régnier (2003, p. 67) comentam que o perfil do ensino superior brasileiro sofre influência de alguns fatores que estão em constante mudança, como: (1) a natureza das forças externas de transformação que incidem sobre seu campo de atuação (macro-ambiente e suas forças econômicas, sociais, tecnológicas, políticas); (2) as mudanças internas no campo; e (3) os resultados que estas transformações produzem como externalidades (novos serviços, formas de ação) que por sua vez incidem sobre o ambiente econômico, social, político, de maneira constante. A Figura 1, a seguir, apresenta esse processo.



**Figura 1- Fatores Ambientais que influenciam nas mudanças no ensino superior brasileiro.**

Fonte: Porto e Régnier (2003, p. 67).

Diante da demonstração dos fatores que podem influenciar nas mudanças do ensino superior no Brasil, percebe-se que tais fatores tanto podem mudar a configuração do ensino no futuro, como podem auxiliar a agentes que atuam no campo a prever outros possíveis condicionantes do macro ambiente, como condicionantes de comportamento e demanda de mercado, no sentido que auxiliarão no funcionamento e regulação do setor.

1	Incremento da cobrança por resultados das instituições de ensino superior	11	Revisão do sistema de avaliação
2	Profissionalização da gestão das universidades brasileiras	12	Surgimento de novas instâncias ou atores atuando na avaliação do ensino superior
3	Crescimento no número de instituições privadas particulares de ensino superior e na sua participação no sistema	13	Estabelecimento de contratos de gestão entre o Estado e as IES's
4	Crescimento da inadimplência	14	Aproximação das instituições de ensino superior com o setor produtivo
5	Pressão e exigências crescentes de qualidade e flexibilidade sobre o ensino superior privado	15	Adoção de ações afirmativas nas instituições de ensino superior
6	Adoção de formas alternativas ao vestibular para o ingresso no ensino superior	16	Criação de uma "Agência Nacional da Educação"
7	Expansão do ensino a distância	17	Certificação profissional periódica
8	Novos arranjos institucionais	18	Eliminação do credencialismo para as profissões que não impliquem em risco à vida
9	Novas formas de financiamento do ensino superior	19	Erosão dos privilégios concedidos aos portadores de diplomas de ensino superior
10	Abertura das Instituições de Ensino superior para o capital financeiro		

**Quadro 1 – Mudanças que influenciam no ensino superior do Brasil.**

Fonte: Adaptado de Porto e Régnier (2003, p. 106).

Diante dos aspectos apresentados no Quadro 1, destaca-se as seguintes mudanças que influenciaram no ensino superior no Brasil.

Inicialmente coloca-se que a forte expansão e diversificação da demanda de ensino superior- sob esse aspecto destaca-se que o ensino superior brasileiro se encontra em constante mudança, e admite-se que nos próximos anos haverá um crescimento no país em todas as modalidades de ensino. Os autores consideram que isso ocorra devido ao crescimento do número de concluintes do segundo grau; pelo retorno de ex-alunos as instituições; pela busca de novos conhecimentos pela população mais antiga (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Num segundo momento os autores destacam a diversificação do sistema de ensino superior:

Inicialmente ressalta-se aqui o surgimento de tipos distintos de instituições de ensino em consequência do aumento do número de instituições. Que resulta da “diversificação das necessidades, a transformação o mercado de trabalho, a massificação do ensino e os altos custos que o desenvolvimento de pesquisas envolve levam ao surgimento de tipos distintos de instituições” (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Existe uma gama de necessidades diversificadas pelas instituições de ensino superior, que necessitam melhorar suas condições internas, e arranjos institucionais para prestarem melhores serviços. Dentro desse contexto existem instituições em que não é possível utilizar-se de modelos institucionais que reúnem pesquisa, ensino e extensão para isto, fazendo com que haja diminuição da qualidade do ensino ofertado.

Porto e Régnier (2003) destacam sobre isso que a questão essencial por trás da diversificação dos serviços prestados pelas instituições “é a definição dos graus de autonomia e de responsabilidade de cada modelo institucional”. Nesse sentido os autores inferem que os centros universitários, possuem uma condição diferenciada à medida que dispõem de graus de liberdade para a abertura de cursos sem a contraparte de investimentos em pesquisas ou em capacitação docente que pesa sobre as universidades.

Em relação à presença de novos atores no contexto das instituições de ensino superior, Porto e Régnier (2003) destacam que ocorreram mudanças no que diz respeito à presença de profissionais atuando no campo educacional, que antes eram atuavam em outras modalidades ou níveis de ensino. Nesse caso os autores citam como exemplo os serviços nacionais de aprendizagem como: SENAI; SENAC; SENAR; SENAT; e SEBRAE. Dentro desse aspecto o autor ainda destaca que o crescimento de profissionais de outras áreas em torno do sistema de ensino, como os fornecedores de materiais, editoras, empresas de tecnologia que fornecem cursos de qualificação, e as universidades corporativas.

Já quando comentado sobre a especialização das instituições de ensino superior os autores ressaltam que, atualmente se considera mais complexo para as instituições oferecerem uma gama grande de serviços educacionais, à medida que isso envolve fatores como recursos financeiros, planejamento gerencial e controle de logística. Além disto, existe a influencia de outras instituições, a exigência de atrelarem-se as atividades de ensino e pesquisa por parte dos decentes e discentes (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Por fim, apresenta-se o aspecto que se refere ao acirramento da concorrência por parte das instituições, os autores destacam que existe uma grande concorrência entre as instituições, em virtude da expansão do mercado no Brasil, o que explica a proliferação de novas unidades. Considera-se essa atitude como uma estratégia de expansão das instituições.

#### **4 RELAÇÕES DE TRABALHO DO DOCENTES DAS IES BRASILEIRAS**

Mancebo (2010, p. 74) “o eixo básico da análise é a mercantilização da educação superior, no marco das mudanças acontecidas no mundo do trabalho, a partir dos anos 70 em escala mundial”, devido a crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional, por volta de 1970, mesmo que as mudanças implementadas na educação superior só tenham ganho visibilidade no Brasil a partir dos 90.

Porto e Régnier (2003) comentam que há alguns fatores que estão levando a mudanças nas relações de trabalho do Brasil, como as inovações tecnológicas, novas formas de contrato de prestação de serviços, como o trabalho autônomo, ou sistemas cooperativos. Dentro desse contexto os autores também destacam, a flexibilização da legislação trabalhista, que trouxe



mecanismos mais flexíveis de relação de trabalho, que se constitui como um condicionante para as mudanças.

Nesse sentido, Sabia (2000) comenta que isso se deve a necessidade de formação de mão-de-obra cada vez mais qualificada diante da competitividade, bem como devido às determinações governamentais de avaliação dos cursos e as instituições de ensino superior. De forma que para isso se exigiu dos professores uma maior titulação acadêmica, que desencadeou uma série de mudanças nas relações de trabalho do corpo docente das IES brasileiras.

Sob o ponto de vista capitalista Lima (2011) concebe a intensificação do trabalho docente como resultado de diversos fatores como a ação do capital no contexto da sua mundialização, e seus impactos na economia de cada país, como o Brasil, considerando que em momentos de crise estrutural essas ações destrutivas possuem maior efeito sobre os trabalhadores, necessitando da criação de um arcabouço político e jurídico que garanta o movimento do capital na busca pela lucratividade e pela difusão de sua concepção de mundo.

Do ponto de vista de Bosi (2007) o crescimento da força de trabalho docente sofre influência da flexibilização dos contratos de trabalho, da seguinte maneira:

São essas possibilidades de contratação precária, abertas por práticas constituídas à margem da lei ou mesmo por modificações na legislação trabalhista, que têm feito com que o número de docentes aumente. Nesse sentido, é certo também que, tornado numericamente predominante, o trabalho considerado precário e informal tende a converter-se em medida para todo tipo de trabalho restante. Este é o principal fundamento histórico do processo que atravessamos (BOSI, 2007, p. 1510).

Dentro desse contexto Silva Junior e Sguissard (2005, p.12) comentam que as relações entre capital e trabalho moldam um campo novo na esfera trabalho/educação e expansão e diversificação em todos os seus níveis e modalidade em relação a competência dos docentes, pois a educação assume a centralidade nos discursos de gestores políticos e empresariais e de educadores. Dessa forma “os trabalhadores cada vez mais assumem individualmente a busca de condições para se tornarem capazes e empregáveis por meio da educação escolar”.

Entende-se, portanto, que as transformações observáveis na situação, atividades e cultura docentes precisam ser situadas, como demais ramos do trabalho (MANCEBO, 2010).

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem por objetivo analisar as mudanças do regime de trabalho e da titulação dos docentes das IES brasileiras, a partir dos dados divulgados pelo INEP/MEC no período de 2004 a 2009.

Caracteriza-se, essa pesquisa, como descritiva no que tange seus objetivos. Segundo Raupp e Beuren (2001), este tipo de pesquisa em contabilidade tem pretensão de esclarecer aspectos comuns a determinadas populações. Neste caso, analisar as mudanças da relação de trabalho dos docentes das IES brasileiras.

Em relação aos procedimentos, caracteriza-se este, como um estudo documental. De acordo com Gil (1999), estes estudos baseiam-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Aqui, foram utilizados dados disponibilizados no site do INEP/MEC.

É uma pesquisa classificada como quantitativa quanto à sua abordagem. Segundo Raupp e Beuren (2001: 92), “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.” Para este estudo foi à variação (diferença do ano t para o ano t-1) do número de docentes de acordo com o regime de trabalho e com a titulação, além do escalonamento multidimensional.

### 3.1 SELEÇÃO DE AMOSTRA

A população da pesquisa é composta por todas as instituições de ensino superior do Brasil que mantinham ao menos um curso de graduação ou curso sequencial de formação específica, presencial ou à distância, em funcionamento no ano de 2009 (Resumo Técnico – Censo da Educação Superior de 2009).

A amostra da pesquisa é do tipo populacional, ou seja, a amostra da pesquisa é igual à população. Logo, a amostra também é composta por todas as instituições de ensino superior brasileiras, totalizando 2.314 instituições. A Tabela 1 descreve a amostra da pesquisa.

**Tabela 1 – Descrição da amostra da pesquisa**

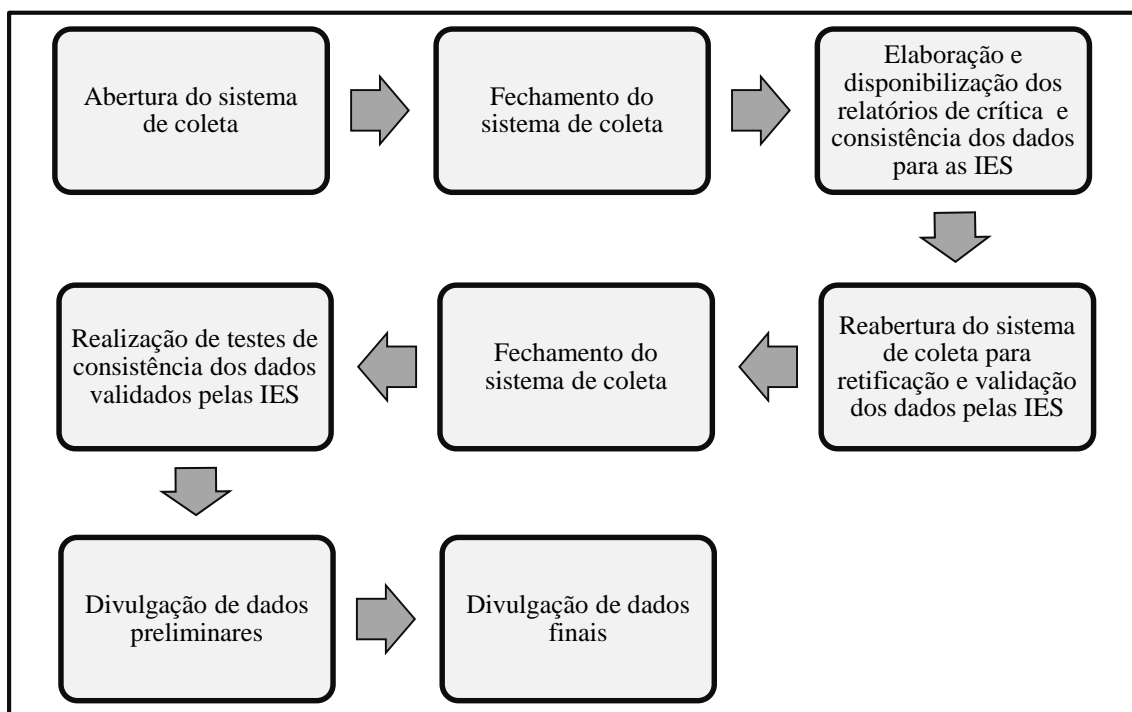
Categoria Administrativa		Frequência	(%)
Pública	Federal	94	4,1
	Estadual	84	3,6
	Municipal	67	2,9
Privada		2.069	89,4
<b>Total</b>		<b>2.314</b>	<b>100,0</b>

Fonte: adaptado de Resumo Técnico - Censo da Educação Superior, 2009

### 3.2 COLETA DE DADOS

Os dados utilizados neste estudo foram retirados dos resultados do Censo da Educação Superior realizado no ano de 2009 pelo INEP em parceria com o MEC.

Este censo foi realizado seguindo as etapas representadas pela Figura 2.



**Figura 2: Etapas de realização do censo da educação superior de 2009.**

Fonte: adaptado de Resumo Técnico – Censo da Educação Superior, 2009

Os dados utilizados na pesquisa estão disponíveis no sítio do INEP ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)) para consulta pública.

O ano de 2006 foi retirado da análise do regime de trabalho por não apresentar dados disponíveis no sítio, portanto quanto ao aspecto regime de trabalho faz-se análise do período compreendido entre os anos de 2005 e 2009. Já a perspectiva de análise referente à titulação dos docentes refere-se ao período compreendido entre 2004 e 2009 (incluindo 2006).

### 3.3 PROCEDIMENTO ESTATÍSTICOS

Neste artigo foram utilizadas estatísticas descritivas e escalonamento multidimensional para análise dos resultados encontrados.

O uso de estatísticas descritivas permite verificar a comportamento dos dados por meio de tabela (FÁVERO ET AL, 2009). Frequências absolutas, frequências relativas e diferenças entre as frequências absolutas ( $f_t - f_{t-1}$ ) são as estatísticas descritivas utilizadas neste estudo.

O escalonamento multidimensional foi utilizado com o intuito de verificar a interdependência das variáveis, de forma a mapear distâncias entre pontos em uma representação gráfica (mapa de distribuição), permitindo desta forma, a identificação de dimensões-chave (FÁVERO *et al*, 2009).

A Figura 4 descreve as etapas inerentes à realização do cálculo do escalonamento multidimensional.

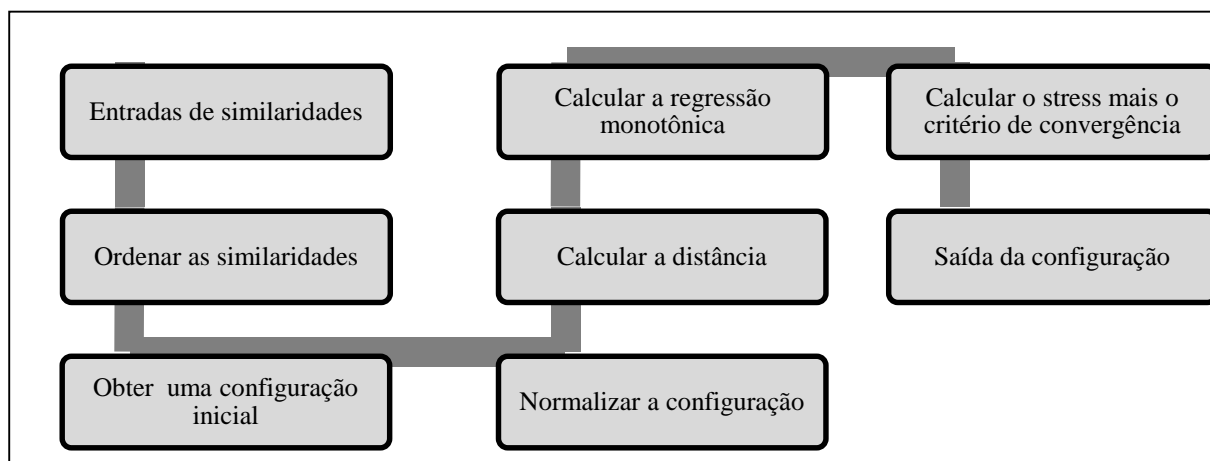


Figura 3 - Etapas para cálculo do escalonamento multidimensional.

Fonte: adaptado de Ortega (1997).

No presente estudo o escalonamento multidimensional foi realizado com a ajuda do software SPSS versão 13.0, por meio de um modelo euclidiano que utiliza uma matriz de dissimilaridade entre os elementos.

Para avaliar a qualidade do modelo, o escalonamento multidimensional utiliza o *stress* (indicador relacionado com a soma dos quadrados dos erros), que de acordo com Ortega (1997) apresenta a classificação descrita na Figura 4.

Valor do stress	Qualidade do modelo
Stress $\geq 20\%$	Insatisfatório-fraco
$5\% \leq$ Stress $< 20\%$	Satisfatório-favorável
Stress $< 5\%$	Bom
Stress = 0	Perfeito

Figura 4 - Regra de Kruskal para avaliar o stress

Fonte: adaptado de Ortega, 1997

De forma complementar ao valor do *stress*, destaca-se o diagrama da dispersão, que auxilia na avaliação do ajuste da configuração aos dados, ou seja, procura apresentar uma impressão visual do ajuste realizado (ORTEGA, 1997).

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos com a pesquisa realizada acerca do tipo do regime de trabalho ao qual os docentes estão inseridos nas IES brasileiras, desde o ano de 2005 até 2009, excluindo 2006 por não apresentar dados.

**Tabela 2 – Tipo de regime de trabalho dos docentes das IES brasileiras**

Regime de trabalho	2009		2008		2007		2005	
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)
Horista	123.795	36,32	137.321	40,52	140.223	41,9	118.269	44,13
Tempo Integral	143.963	42,25	132.382	39,06	125.818	37,59	95.132	35,5
Tempo Parcial	73.059	21,43	125.818	20,42	68.647	20,51	54.585	20,37
<b>Total</b>	<b>340.817</b>	<b>100</b>	<b>95.132</b>	<b>100</b>	<b>334.688</b>	<b>100</b>	<b>267.986</b>	<b>100</b>

Fonte: dados INEP/MEC, 2009

É possível verificar que em 2005 a maioria dos docentes, especificamente 44,13% deles, estavam inseridos na categoria horista. Situação que se repete nos anos de 2007 e 2008, apresentando 41,9% e 40,52% respectivamente dos docentes inseridos nessa categoria. Em 2009 observa-se que a categoria horista já não corresponde a maioria dos docentes, sendo representada por apenas 36,32% deles, como evidenciado na Tabela 02. Essa mudança pode ser justificada pelo aumento da concorrência entre as IES, como pondera Porto e Régner (2003).

No ano de 2009 passa-se a ter a maioria dos docentes concentrada no regime de trabalho de tempo integral, ou seja, 42,25% deles. Fato que não pode ser verificado nos anos anteriores de pesquisa.

Quanto ao regime parcial de trabalho, destaca-se uma aparente estabilidade nos anos pesquisados, mantendo uma média de 20,7% de docentes.

A Tabela 3 apresenta a variação entre os períodos analisados em cada um dos tipos de regime analisados.

**Tabela 3 – Variação do regime de trabalho**

Regime de trabalho	$\Delta 2009$	$\Delta 2008$	$\Delta 2007$
Horista	-13.526	-2.902	21.954
Tempo Integral	11.581	6.564	30.686
Tempo Parcial	3.872	540	14.062
<b>Total</b>	<b>1.927</b>	<b>4.202</b>	<b>66.702</b>

Fonte: dados INEP/MEC, 2009

Ressalta-se, com a observação da Tabela 3, que na categoria horista obteve-se variação negativa em dois anos, 2008 e 2009, evidenciando que o número de docentes nessa categoria diminui com o passar dos anos.

A variação correspondente aos outros dois tipos de regime, tempo e integral e tempo parcial, foi positiva em todos os períodos analisados, ou seja, só houve aumento no número de docentes pertencentes a essas duas categorias. Entretanto destaca-se a variação de 2008 para a categoria tempo parcial, que foi muito inferior as outras, apresentando aumento de apenas 540 docentes. Esse aumento pode encontrar embasamento na questão levantada por Porto e Régner (2003), a qual disserta sobre o surgimento de novos atores atuando na avaliação do ensino superior, o que obriga a IES a garantir a permanência de seus docentes.

Dentro desse contexto Mancedo (2010, p. 79) comenta que “o aumento da exploração do trabalho docente, no Brasil, ademais como em todos os países latinos, deu-se em especial pela flexibilidade registrada nos regimes de trabalho e consequente quebra da carreira docente, onde ela existia” (MANCEBO, 2010, p. 79).

A Tabela 4 evidencia a titulação dos docentes das IES brasileiras.

**Tabela 4 – Titulação dos docentes das IES brasileiras**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Sem Graduação	174	86	97	47	47	165
Graduação	27.921	33.702	36.304	34.762	37.156	38.302
Especialização	99.406	96.004	94.722	90.739	88.893	83.496
Mestrado	123.466	114.537	112.987	108.965	105.114	98.664
Doutorado	89.850	77.164	72.931	67.583	63.294	58.431
<b>Total</b>	<b>340.817</b>	<b>321.493</b>	<b>317.041</b>	<b>302.006</b>	<b>292.504</b>	<b>279.058</b>

Fonte: dados INEP/MEC, 2009

A partir da observação da Tabela 4, destaca-se que a maior concentração de docentes possui a titulação de mestre, seguidos pelos especialistas. Verifica-se ainda, que em todos os seis anos analisados o número de mestres e especialistas aumentou, fato que demonstra que os docentes estão investindo em formação profissional.

Destaca-se ainda que existem docentes vinculados deermiandas IES brasileiras que sequer possuem curso de graduação. Especificamente 174 em 2009 e 165 em 2004, o que gera em média 103 docentes com essa titulação por período analisado.

A Tabela 5 apresenta a variação entre os períodos analisados referente a titulação dos docentes.

**Tabela 5 – Variação da titulação**

<b>Titulação</b>	<b><math>\Delta 2009</math></b>	<b><math>\Delta 2008</math></b>	<b><math>\Delta 2007</math></b>	<b><math>\Delta 2006</math></b>	<b><math>\Delta 2005</math></b>
Sem Graduação	88	-11	50	0	-118
Graduação	-5.781	-2.602	1.542	-2.394	-1.146
Especialização	3.402	1.282	3.983	1.846	5.397
Mestrado	8.929	1.550	4.022	3.851	6.450
Doutorado	12.686	4.233	5.348	4.289	4.863
<b>Total</b>	<b>19.324</b>	<b>4.452</b>	<b>15.035</b>	<b>9.502</b>	<b>13.446</b>

Fonte: dados INEP/MEC, 2009

É mister destacar que o grupo graduação sofreu variação negativa em praticamente todos os anos analisados, excluindo somente 2007, fato que demonstra que uma quantidade menor de docentes está sendo contratada somente com graduação. Corroborando com esta constatação aparecem as variações positivas na quantidade de docentes especialistas, mestres e doutores, o que indica que houve um aumento na contratação de profissionais com essa titulação.

Cabe ressaltar também, que a variação na contratação de docentes sem graduação oscila entre positiva e negativa no período analisado, obtendo inclusive, em 2006 variação nula. O que pode ser explicado pelo fato de profissionais com essa titulação somente serem contratados quando as IES julgarem extritamente necessário ou quando estas não possuem outra opção.

A Tabela 6 apresenta os resultados obtidos com o escalonamento multidimensional.

**Tabela 6 - Indicadores de qualidade do modelo**

<b>Stress</b>	<b>S-Stress</b>	<b>RSQ</b>
0,00008	0,00006	1,00000

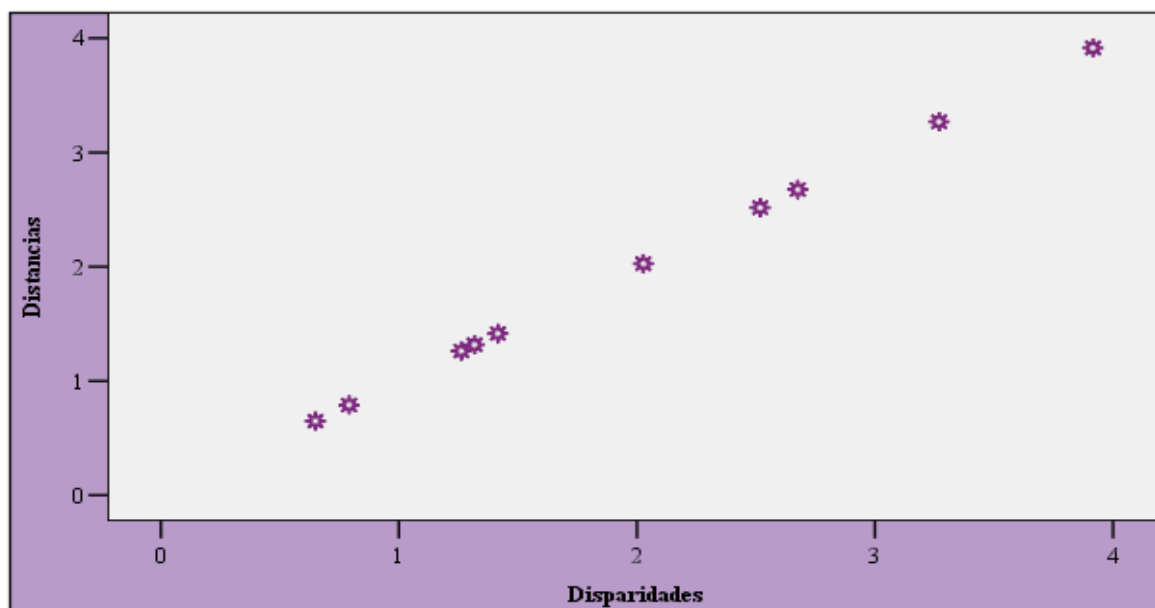
Fonte: adaptado do *software SPSS* versão 13.0.

Os indicadores *stress* e *s-stress*, dizem respeito as discrepâncias quadráticas das variáveis analisadas. Segundo o Quadro 01 (apresentado na metodologia), quanto mais próximo de zero forem esses valores, mais perfeita a qualidade do modelo.

Portanto infere-se que o modelo dessa pesquisa está classificado de bom quase inserido em perfeito, já que apresenta um *stress* de 0,00008 e um *s-stress* de 0,00006.

A Figura 5 é apresentado com o intuito de complementar a Tabela 5.

**Modelo de Distancia Euclidiana**



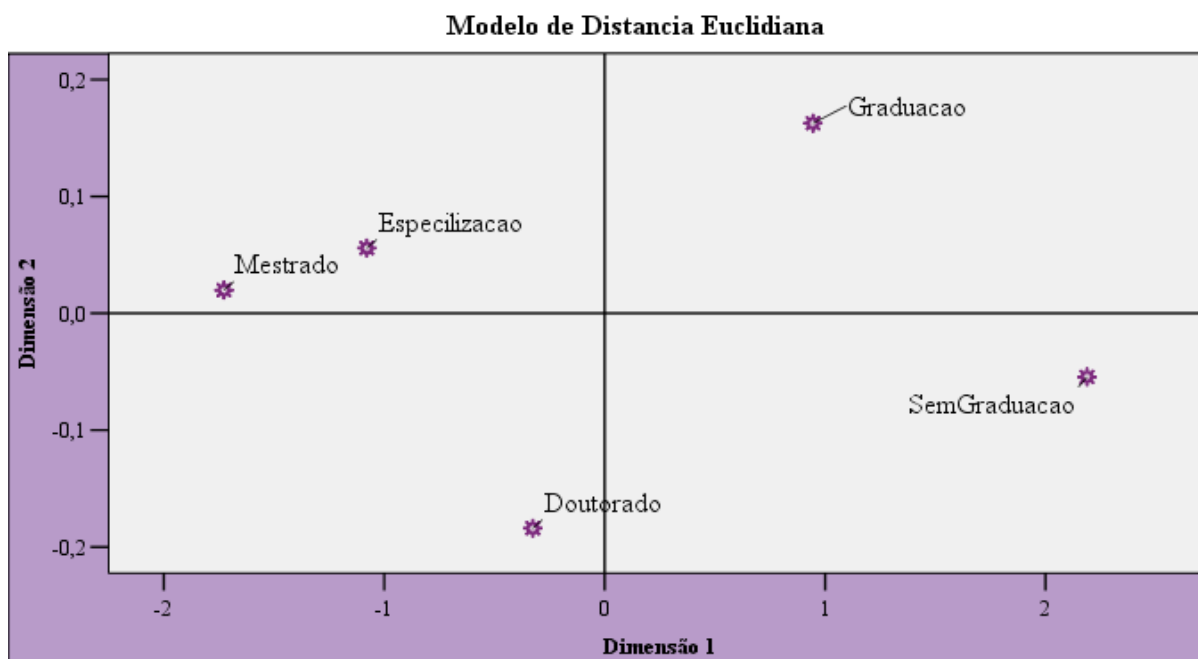
**Figura 5 - Diagrama de dispersão entre os valores das dissimilaridades e das diparidades**

Fonte: *software SPSS* versão 13.0.

A observação deste gráfico permite compreender o motivo pelo qual o valor do  $RSQ$  é tão alto ( $RSQ = 1$ ). De acordo com Fávero (2009) esse indicador obtém valor mais adequado quando as distâncias são maiores.

Outra inferência que faz-se é quanto ao número de observações, no caso deste estudo, um número pequeno. Ainda de acordo com Fávero (2009), quanto maior o número de observações, maior a confiabilidade do modelo.

Por fim, a Figura 6 apresenta o mapa de distribuição da titulação dos docentes das IES brasileiras.



**Figura 6 – Mapa da distribuição da titulação dos docentes**

Fonte: *software SPSS* versão 13.0.

Destaca-se a proximidade das titulações mestrado e especialização, o que indica que esses dois grupos possuem características semelhantes, ou seja, representam quantidades parecidas de docentes.

Por outro lado, as demais titulações encontram-se longe umas das outras, o que indica diferenças entre esses grupos, logo, não temos quantidades parecidas de docentes inseridos no grupo sem graduação, graduação e doutorado.

Os resultados evidenciados pelo Gráfico 2, estão de acordo com os resultados apresentados na Tabela 4.

## 7 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar as mudanças do regime de trabalho e da titulação dos docentes das IES brasileiras, a partir dos dados divulgados pelo INEP/MEC no período de 2004 a 2009.

Para tanto foram apresentadas as frequências absolutas e relativas referentes ao regime de trabalho e a titulação dos docentes. Foram ainda utilizadas as variações referentes a essas mesmas variáveis. Por fim, buscou-se comprovar os resultados referentes à variável titulação com a aplicação o escalonamento multidimensional.

Quanto ao regime de trabalho verificou-se que a quantidade de docentes horistas diminuiu no decorrer dos anos verificados, enquanto que o número de docentes contratados em tempo parcial e integral manteve-se o mesmo nesse mesmo período.

No que tange a titulação dos docentes observou-se que a maioria deles possuem especialização e mestrado. Cabe ressaltar ainda que o número de doutores tem crescido com o passar do tempo. É mister destacar que o número de docentes contratados sem graduação aumentou no ano de 2009, fato que pode comprometer a qualidade do ensino superior das IES brasileiras.

Logo, de forma geral, verificou-se que a maioria das mudanças encontradas tendem a ser positivas e evidenciam grandes possibilidades de melhorias na qualidade do ensino superior brasileiro. Sabe-se que esse processo de mudança pode ser demorado, entretanto é perceptível que os primeiros passos estão sendo dados.

Sugere-se que, para trabalhos futuros, utilizem-se outras variáveis além do regime de trabalho e da titulação dos docentes. É possível ainda segregar os dados por região, para analisar se existe diferença ou evolução nos dados. Por fim, existe a possibilidade de aumentar o período de análise para melhorar o rol dos dados e traçar uma evolução mais completa.

## REFERÊNCIAS

- BOSI, A., P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>. Acesso em: 30/07/2011.
- COLOSSI, N; CONSENTINO, A; QUEIROZ, E. G. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. In: **Revista FAE**, Curitiba, v.4, n.1, p. 49-58, jan./abr. 2001.
- FÁVERO, L. P. 2009. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus: 646 p, il.
- GIL, A. C. 1999. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- LIMA, K. As Novas Faces da Intensificação do Trabalho docente no Brasil. In: **V Encontro Brasileiro De Educação E Marxismo**, Educação E Mancipação Humana , abril de 2011.
- MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. In: **Revista Portuguesa de Educação**, pp. 73-91, vol. 23, núm. 2, 2010.
- MOISÉS FILHO, J. G. **Qualidade do ensino e eficiência técnica no ensino superior privado. O caso do distrito federal**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de Brasília, 2006. Disponível em:<[http://btd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_arquivos/61/TDE-2007-02-1T161341Z-636/Publico/Dissert\\_Jorge%20Gabriel.pdf](http://btd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/61/TDE-2007-02-1T161341Z-636/Publico/Dissert_Jorge%20Gabriel.pdf)>. Acesso em 29/07/2011.
- ONUSIC, F. M. **A qualidade de serviços de ensino superior: o caso de uma instituição de ensino público**. 161p. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA USP, 2009.
- ORTEGA, E. M. M. **Modelo de preferência**: via escalonamento multidimensional. 195 p. Dissertação (Mestrado em Estatística) Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, UNICAMP. Campinas, 1997.
- PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil - Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025- Uma Abordagem Exploratória**. 2003. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em 27 de jul. 2011.
- RAUPP, F. M., & BEUREN, I. M. 2009. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. (3a ed.). São Paulo: Atlas.



- RIGOTTO, M. E.; SOUZA, N. J. Evolução da educação no Brasil, 1970/2003. In: Análise, Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago./dez. 2005, p. 339-358. Disponível em:<[http://www.nalijosouza.web.br.com/educacao\\_brasil.pdf](http://www.nalijosouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf)>. Acesso em 21/07/2011.
- SABIA, C., P., P. Transformações nas relações de trabalho do Corpo docente das instituições privadas de ensino Superior: década de 90. In: **Revista Org & Demo**, vol. 1, num. 1, 2000.
- SENHORAS, E M.; TAKEUCHI, K. P.; TAKEUCHI, K. P. A Análise Estrutural do Ensino Superior Privado sob Perspectiva. In: **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, III SEGeT**, 2006.
- SILVA JÚNIOR, J. R., SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, pp. 5-28, 2005.
- SOARES, M., S. A. A Educação Superior no Brasil. In: **Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas**, 2002. Porto Alegre, Nov, 2002.
- VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no brasil. In: **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.